

**Ventos de São Clemente Holding S.A.**  
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2015 e 2014

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar  
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil  
Caixa Postal 13533  
80420-990 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone 55 (41) 3544-4747  
Fax 55 (41) 3544-4750  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Ventos de São Clemente Holding S.A. (Companhia em fase pré-operacional)  
Maracanaú - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Clemente Holding S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ventos de São Clemente Holding S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Curitiba, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk  
Contador CRC 1PR049038/O-9

**Ventos de São Clemente Holding S.A.**

(Companhia em fase pré-operacional)

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.878	103.336	76.505.460	111.336
Impostos e contribuições a recuperar		623.194	4	731.542	4
Outras contas a receber		15.573	-	-	-
Despesas antecipadas		-	-	204.712	70.650
		<u>652.645</u>	<u>103.340</u>	<u>77.441.714</u>	<u>181.990</u>
<b>Não Circulante</b>					
Despesas antecipadas		-	-	177.334	157.892
Investimentos	5	269.888.299	78.169.810	-	-
Imobilizado	6	504.313	-	719.505.625	77.962.500
		<u>270.392.612</u>	<u>78.169.810</u>	<u>719.682.959</u>	<u>78.120.392</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>271.045.257</u>	<u>78.273.150</u>	<u>797.124.673</u>	<u>78.302.382</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	8	-	-	5.097.372	28.186
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	28.238	-
Obrigações fiscais		9.529	17.728	554.005	18.774
Provisões trabalhistas		-	-	12.673	-
		<u>9.529</u>	<u>17.728</u>	<u>5.692.288</u>	<u>46.960</u>
<b>Não Circulante</b>					
Financiamentos	7	-	-	520.396.656	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>520.396.656</u>	<u>-</u>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	9	283.745.000	81.433.600	283.745.000	81.433.600
Prejuízos acumulados	9	(12.709.272)	(3.178.178)	(12.709.272)	(3.178.178)
		<u>271.035.728</u>	<u>78.255.422</u>	<u>271.035.728</u>	<u>78.255.422</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>271.045.257</u>	<u>78.273.150</u>	<u>797.124.673</u>	<u>78.302.382</u>

Ventos de São Clemente Holding S.A.  
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<b>Notas</b>				
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais ou administrativas	11	(1.952.786)	(2.708.993)	(11.452.072)	(2.708.993)
Despesas tributárias		<u>(128.456)</u>	-	<u>(129.667)</u>	-
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<u>(2.081.242)</u>	<u>(2.708.993)</u>	<u>(11.581.739)</u>	<u>(2.708.993)</u>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	12	2.767.274	4.526	2.767.274	4.526
Despesas financeiras	12	<u>(699.346)</u>	<u>(2.363)</u>	<u>(716.629)</u>	<u>(2.363)</u>
<b>Resultado com equivalência patrimonial</b>					
Equivalência patrimonial	6	<u>(9.876.046)</u>	-	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>(9.889.360)</b></u>	<u><b>(2.706.830)</b></u>	<u><b>(9.531.095)</b></u>	<u><b>(2.706.830)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Ventos de São Clemente Holding S.A.**

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Resultado do exercício</b>	(9.889.360)	(2.706.830)	(9.531.095)	(2.706.830)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>(9.889.360)</u>	<u>(2.706.830)</u>	<u>(9.531.095)</u>	<u>(2.706.830)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de São Clemente Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

<b>Controladora e Consolidado</b>					
<b>Capital</b>					
	Notas	subscrito	a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2014</b>		<u>210.000</u>	<u>(90.000)</u>	<u>(113.082)</u>	<u>6.918</u>
Capital subscrito	9	205.486.000	(205.486.000)	-	-
Capital integralizado	9	-	81.313.600	-	81.313.600
Prejuízo do exercício		-	-	<u>(2.706.830)</u>	<u>(2.706.830)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b><u>205.696.000</u></b>	<b><u>(124.262.400)</u></b>	<b><u>(2.819.912)</u></b>	<b><u>78.613.688</u></b>
Capital subscrito	9	78.704.000	(78.704.000)	-	-
Capital integralizado	9	-	202.311.400	-	202.311.400
Prejuízo do exercício		-	-	<u>(9.889.360)</u>	<u>(9.889.360)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b><u>284.400.000</u></b>	<b><u>(655.000)</u></b>	<b><u>(12.709.272)</u></b>	<b><u>271.035.728</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Ventos de São Clemente Holding S.A.**

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo do exercício</b>	(9.889.360)	(2.706.830)	(9.531.095)	(2.706.830)
Depreciações e amortizações	17.682	-	18.085	-
Resultado com equivalência patrimonial	9.876.046	-	-	-
Juros sobre financiamento	-	-	396.663	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(623.190)	(4)	(731.538)	(4)
Redução em despesas antecipadas	-	-	(153.504)	-
Aumento em outras contas a receber	(15.574)	-	-	-
Aumento em fornecedores	-	-	5.069.186	-
(Redução) Aumento em obrigações fiscais	(8.199)	17.728	535.231	17.728
(Redução) Aumento em outras obrigações	-	-	40.913	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(642.595)</b>	<b>(2.689.106)</b>	<b>(4.356.058)</b>	<b>(2.689.106)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	(521.995)	-	(641.561.210)	-
Aquisição de investimentos / aportes em investimentos	(201.236.267)	(78.528.077)	-	(78.528.077)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(201.758.263)</b>	<b>(78.528.077)</b>	<b>(641.561.210)</b>	<b>(78.528.077)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de financiamentos	-	-	520.000.000	-
Integralização de capital	202.311.400	81.313.600	202.319.392	81.313.600
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>202.311.400</b>	<b>81.313.600</b>	<b>722.319.392</b>	<b>81.313.600</b>
<b>(Redução) / Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(89.458)</b>	<b>96.417</b>	<b>76.402.124</b>	<b>96.417</b>
<b>Demonstração da (Redução) / Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	103.336	6.919	103.336	6.919
No fim do exercício	13.878	103.336	76.505.460	103.336
<b>(Redução) / Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(89.458)</b>	<b>96.417</b>	<b>76.402.124</b>	<b>96.417</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

### 1 Contexto operacional

A Ventos de São Clemente Holding S.A. “Companhia”, situado à Rod. Doutor Mendel Steinbruch, km 08, sala 103, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 27 de Dezembro de 2012 e até a presente data suas investidas (SPEs) não entraram em fase operacional, sendo que suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades.

Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; e c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O projeto São Clemente possui capacidade instalada de 216,1 MW. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras referentes a conclusão da fase de instalação até que a operação atinja seu equilíbrio.

### 2 Base de preparação

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2016.

#### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

**a. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

<b>Controladas</b>	<b>% Participação</b>
Clemente I	100%
Clemente II	100%
Clemente III	100%
Clemente IV	100%
Clemente V	100%
Clemente VI	100%
Clemente VII	100%
Clemente VIII	100%

*Controladas*

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

**2.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**2.5 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração**

***Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

***Empréstimos e recebíveis***

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

***Caixa e equivalentes de caixa***

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**(iv) Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

***Distribuição de dividendos***

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no patrimônio líquido quando pagos, ou na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

**2.6 Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**2.7 Ativo imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos (debêntures) sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### **Depreciações**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Equipamentos de informática e processamento de dados	10 anos
Veículos	5 anos

## **2.8 Ativos Arrendados**

Os ativos mantidos pela Companhia sob arrendamento não transferem para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade e são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

## **2.9 Receitas e despesas financeiras**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## 2.10 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

## 2.11 Novas normas ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

### ***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

#### (i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

#### (ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

#### (iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2015 e 2014 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

#### 4 Caixas e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Bancos	3.598	1	944.377	8.001
Aplicações financeiras (a)	<u>10.279</u>	<u>103.335</u>	<u>75.561.083</u>	<u>103.335</u>
<b>Total</b>	<b><u>13.878</u></b>	<b><u>103.336</u></b>	<b><u>76.505.460</u></b>	<b><u>111.336</u></b>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Bradesco, BTG Pactual e Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 101% CDI com vencimento para 21 de janeiro de 2016 referente as aplicações do BTG Pactual e taxa de 101,5% CDI referente as aplicações do Santander.

#### 5 Investimentos

A empresa possui investimentos em Companhias eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

## Composição dos investimentos

Companhia	2015				
	Participação	31/12/2015		Controladora	
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Ventos de São Clemente I S.A.	100%	33.563.694	(781.359)	34.467.000	(903.306)
Ventos de São Clemente II S.A.	100%	42.146.593	(1.056.369)	43.237.001	(1.090.408)
Ventos de São Clemente III S.A.	100%	35.754.591	(931.371)	36.720.000	(965.410)
Ventos de São Clemente IV S.A.	100%	34.049.030	(1.433.932)	35.517.000	(1.467.970)
Ventos de São Clemente V S.A.	100%	30.276.479	(1.044.483)	31.355.001	(1.078.522)
Ventos de São Clemente VI S.A.	100%	29.383.458	(259.894)	29.677.001	(293.543)
Ventos de São Clemente VII S.A.	100%	36.182.574	(3.517.314)	39.733.341	(3.550.767)
Ventos de São Clemente VIII S.A.	100%	28.531.880	(493.057)	29.058.000	(526.120)
<b>Total dos investimentos</b>				<b>279.764.345</b>	<b>(9.876.046)</b>

## Movimentação dos investimentos

Investidas	31/12/2014	Aumento / (redução)	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31/12/2015
Ventos de São Clemente I S.A.	10.669.298	23.797.703	(903.307)	-	33.563.694
Ventos de São Clemente II S.A.	10.581.390	32.655.611	(1.090.408)	-	42.146.593
Ventos de São Clemente III S.A.	10.581.390	26.138.611	(965.410)	-	35.754.591
Ventos de São Clemente IV S.A.	10.581.390	24.935.611	(1.467.971)	-	34.049.030
Ventos de São Clemente V S.A.	10.581.390	20.773.611	(1.078.523)	-	30.276.478
Ventos de São Clemente VI S.A.	9.339.200	20.337.800	(293.542)	-	29.383.458
Ventos de São Clemente VII S.A.	8.718.105	31.015.235	(3.550.766)	-	36.182.574
Ventos de São Clemente VIII S.A.	7.475.914	21.582.086	(526.119)	-	28.531.881
<b>Total líquido do investimento</b>	<b>78.528.077</b>	<b>201.236.268</b>	<b>(9.876.046)</b>	<b>-</b>	<b>269.888.299</b>

## 6 Imobilizado

### Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imobilizado	102.419	-	122.144	-
Imobilizado em andamento (a)	401.894	-	44.520.169	-
Adiantamentos diversos (b)	-	-	660.645.910	77.962.500
Encargos sobre empréstimos (c)	-	-	14.217.402	-
<b>Total</b>	<b>504.313</b>	<b>-</b>	<b>719.505.625</b>	<b>77.962.500</b>

### Movimentação do imobilizado

<b>Controladora</b>					
	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas / Transferências</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Imobilizado	-	120.100	-	(17.681)	102.419
Imobilizado em andamento	-	401.894	-	-	401.894
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>521.994</b>	<b>-</b>	<b>(17.681)</b>	<b>504.313</b>
<b>Consolidado</b>					
	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas / Transferências</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Imobilizado	-	140.229	-	(18.085)	122.144
Imobilizado em andamento (a)	-	44.520.169	-	-	44.520.169
Adiantamentos diversos (b)	77.962.500	582.683.410	-	-	660.645.910
Encargos sobre empréstimos (c)	-	14.217.402	-	-	14.217.402
<b>Total</b>	<b>77.962.500</b>	<b>641.561.210</b>	<b>-</b>	<b>(18.085)</b>	<b>719.505.625</b>

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.
- (b) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores. São realizados de acordo com o cronograma contratual e de acordo com as medições realizadas pelos fornecedores em conjunto com os responsáveis das companhias investidas.
- (c) Os encargos financeiros sobre financiamento diretamente atribuíveis aos ativos em construção são capitalizados e incluídos nos custos destes ativos. A respectiva capitalização se encerra quando todas as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para o seu uso estão substancialmente concluídas. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

## 7 Financiamentos

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<b>Taxa de juros</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Financiamentos (a)	2,55% a.a. + TJLP	-	-	520.396.656	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>520.396.656</b>	<b>-</b>

- (a) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

O financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES está garantido pela totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPEs. As SPEs obrigam-se a ceder fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pelas Companhias para fins de amortização das parcelas e ainda, os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Energia de Reserva celebrado entre as SPEs e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

O financiamento com o BNDES possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de junho de 2033.

## 7.1 Covenants

A Companhia contratou financiamentos com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;
- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

## 8 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores nacionais	-	-	5.097.372	28.186
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.097.372</b>	<b>28.186</b>

## 9 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 284.400.000 e está representado por 284.400.000 (Duzentas e oitenta e quatro milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social integralizado é de R\$ 283.745.000 e está representado por 283.745.000 (Duzentos e oitenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

**a. Aumento de capital no exercício de 2015**

De acordo com AGE de 04 de setembro de 2015 foi subscrito capital no montante de R\$ 60.000.000 e integralizado capital no montante de R\$ 33.002.400 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

De acordo com AGE de 16 de dezembro de 2015 foi subscrito e integralizado capital no montante de R\$ 17.704.000 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

De acordo com AGE de 29 de dezembro de 2015 foi subscrito capital no montante de R\$ 1.000.000 e integralizado capital no montante de R\$ 345.000 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

No exercício de 2015, além dos atos societários apresentados acima, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 151.260.000.

**b. Aumento de capital no exercício de 2014**

De acordo com AGE de 29 de dezembro de 2014 foi subscrito capital no montante de R\$ 200.000.000 e integralizado capital no montante de R\$ 75.737.600 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa.

De acordo com AGE de 07 de outubro de 2014 foi subscrito capital no montante de R\$ 5.000.000 e integralizado capital no montante de R\$ 625.600 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa.

De acordo com AGE de 09 de junho de 2014 foi subscrito capital no montante de R\$ 486.000 e integralizado capital no montante de R\$ 48.600 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2014, além dos atos societários apresentados acima, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 4.901.800.

**c. Dividendos**

Dentre as principais determinações do contrato social, está destacada: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

**c.1 Reserva legal**

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**10 Imposto de renda e contribuição social**

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia, pois não possui histórico de lucros tributáveis em função de estar em fase pré-operacional.

## 11 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Serviços prestados pessoa jurídica	(21.597)	(2.446.121)	(447.701)	(2.446.121)
Arrendamentos e aluguéis	(26.783)	(64.011)	(90.839)	(64.011)
Despesas com cartório	-	(17.725)	-	(17.725)
Viagens, diárias e ajuda de custos	(20.911)	-	(44.949)	-
Compartilhamento de despesas	(1.802.524)	-	(2.478.805)	-
Gastos diversos	(63.290)	(181.136)	(1.273.608)	(181.136)
Gastos com pessoal	-	-	(162.886)	-
Contrato de servidão	-	-	(2.514.778)	-
Indenizações	-	-	(3.452.186)	-
Depreciação	(17.681)	-	(18.085)	-
Seguros	-	-	(968.235)	-
<b>Total</b>	<b>(1.952.786)</b>	<b>(2.708.993)</b>	<b>(11.452.072)</b>	<b>(2.708.993)</b>

## 12 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<u>Receitas financeiras</u>				
Descontos recebidos	-	10	-	10
Rendimentos aplicação financeira	2.767.274	4.516	2.767.274	4.516
	<b>2.767.274</b>	<b>4.526</b>	<b>2.767.274</b>	<b>4.526</b>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos	(82)	(691)	(146)	(691)
Juros, comissão e outras despesas bancárias	(696.872)	-	(696.872)	-
Tarifas bancárias	(2.273)	(1.672)	(19.167)	(1.672)
Multas	(119)	-	(444)	-
	<b>(699.346)</b>	<b>(2.363)</b>	<b>(716.629)</b>	<b>(2.363)</b>
<b>Total</b>	<b>2.067.928</b>	<b>2.163</b>	<b>(2.050.645)</b>	<b>2.163</b>

## 13 Prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a companhia possuía saldos de prejuízos fiscais a compensar:

Prejuízos fiscais	2015	2014
	(9.889.360)	(2.706.830)

## 14 Cobertura dos seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 975.463.713 e para responsabilidade civil era de R\$ 15.000.000.

## 15 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2015	Ativos	Passivos	Resultado
Condomínio Clemente (b)	13.145.355	13.145.355	-
Compartilhamento de despesas (a)	-	-	1.802.524
<b>Total</b>	<b>13.145.355</b>	<b>13.145.355</b>	<b>1.802.524</b>

- (a) A Companhia possui saldo no valor de R\$ 1.802.524 referente a despesas incorridas pela própria companhia e pago pela Casa dos Ventos para o desenvolvimento e manutenção no suporte de gerenciamento conforme descrito em contrato assinado pelas partes.
- (b) O condomínio Clemente é uma estrutura física utilizada para montagem e preparação dos equipamentos eólicos, tal estrutura é compartilhada entre as empresas investidas.

As transações entre partes relacionadas poderiam ter valores de mercado distintos caso tivessem sido realizadas com entidades não relacionadas à Companhia.

## 16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2015		2015		2014		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	13.878	13.878	76.505.460	76.505.460	103.336	103.336	111.336	111.336
Fornecedores	-	-	5.097.372	5.097.372	-	-	28.186	28.186
Financiamentos	-	-	520.396.656	520.396.656	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>13.878</b>	<b>13.878</b>	<b>601.999.488</b>	<b>601.999.488</b>	<b>103.336</b>	<b>103.336</b>	<b>139.522</b>	<b>139.522</b>

### b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Consolidado</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	5.097.372	5.097.372	-	-	-
Financiamentos	520.396.656	-	16.262.396	97.574.373	406.559.888
<b>Total</b>	<b>525.494.028</b>	<b>5.097.372</b>	<b>16.262.396</b>	<b>97.574.373</b>	<b>406.559.888</b>

**c. Instrumentos financeiros por categoria**

	2015		2014	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
<b>Controladora</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	13.878	-	103.336	-
<b>Consolidado</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	76.505.460	-	111.336	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
<b>Controladora</b>				
Fornecedores	-	-	-	-
<b>Consolidado</b>				
Fornecedores	-	5.097.372	-	28.186
Financiamentos	520.396.656	-	-	-

\*\*\*